

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Estudo Técnico Preliminar 85/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de recarga de gás GLP 13 kg para atender à Lei Municipal nº 2339 / 2015 que dispõe sobre a concessão de Benefícios Eventuais como direito garantido nos termos do art. 22 da Lei nº 8.742/1993 e decreto nº 6.307/2007;

2.2. Justificamos a contratação de empresa especializada no fornecimento de recarga de botijão de gás para cozinha residencial, para que seja fornecido aos usuários da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social atendidos pelos CRAS (Cruzeiro, Centro, Nassif e Florianópolis) e CREAS, equipamentos que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, fornecem serviços, acompanhamentos e benefícios eventuais como auxílio gás, energia elétrica, natalidade, funeral, moradia, entre outros, os quais são regulamentados pela Lei Municipal de Benefício Eventual nº 2339/2015;

2.3. Ressaltamos que a partir da Constituição Federal de 1988, e o disposto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) os Benefícios Eventuais vem tomando forma à medida que a política de Assistência Social se consolida como direito do cidadão e dever do Estado. O Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, por meio da Resolução nº 212, de 19 de Outubro de 2006, e a União, por meio do Decreto nº 6.307/2007 estabeleceram critérios orientadores para a regulamentação e a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Silvia Helena Trovo Verona

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

41. A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR A ENTREGA DA RECARGA DE GÁS DENTRO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIUNA, NA RESIDÊNCIA DO SOLICITANTE EM ATÉ 2 (DUAS) HORAS APÓS O RECEBIMENTO VIA TELEFONE, EFETUANDO A ENTREGA MEDIANTE O RECEBIMENTO DO VALE GÁS, FORNECIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL AO BENEFICIÁRIO;

4.2. Todo o transporte, tanto de retirada como de entrega, bem como, pessoal para fazer a carga e descarga na residência do solicitante, deverá ser por conta da empresa que irá realizar os serviços, arcando com todas as despesas e riscos com a entrega da mercadoria;

4.3. A não entrega dos produtos dentro do prazo estabelecido, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas:

4.4. Caso a empresa entregue botijão desconforme à contratação, será necessária a substituição e essa deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado a partir da solicitação;

4.5. A CONTRATADA deverá enviar Nota Fiscal Eletrônica, mensalmente, para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no e-mail sas@jaguariuna.sp.gov.br, a qual será rubricada pela Secretária e pelo fiscal, e enviada para pagamento;

4.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta dias) após apresentação da nota fiscal;

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.8. As recargas serão realizadas mediante troca do botijão vazio pelo cheio entregue pela Contratada;

4.9. O produto a ser adquirido deverá apresentar especificação técnica de acordo com a descrição, para que a aquisição supra as necessidades da Secretaria. O item foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento dos requisitos de qualidade;

4.10. Somente serão aceitos produtos novos, de acordo com o especificado, não se admitindo, sob hipótese alguma, produto fora do padrão ou de qualidade duvidosa;

4.11. O produto poderá ser rejeitado no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos dos materiais a serem substituídos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa relacionada ao item de aquisição foi elaborada com base em preços praticados por fornecedores e contratações públicas através do site <https://www.pncp.gov.br>.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada por esta Secretaria para atendimento da presente necessidade como um todo é o Sistema de Registro de Preços, em razão da necessidade dos mesmos para o bom andamento das atividades laborais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estima-se como necessária para o atendimento da necessidade apontada, a contratação de até 840 (oitocentos e quarenta) recargas de botijão de gás de 13 kg, conforme a necessidade de atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	630 – Cota Principal	Unid.	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), tipo gás propano butano doméstico, acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, em perfeito estado de conservação, obedecendo as normas técnicas do inmetro, com entrega dentro do município de Jaguariúna em até 02 (duas) horas após a solicitação, mediante a apresentação do VALE GÁS fornecido pela Secretaria ao beneficiário.	R\$ 138,11	R\$ 87.009,30
2	210 – Cota Reservada	Unid.	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), tipo gás propano butano doméstico, acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, em perfeito estado de conservação, obedecendo as normas técnicas do inmetro, com entrega dentro do município de Jaguariúna em até 02 (duas) horas após a solicitação, mediante a apresentação do	R\$ 138,11	R\$ 29.003,10

			VALE fornecida Secretaria beneficiário.	GÁS pela ao	
--	--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 116.012,40

8.1. O valor total estimado para a aquisição do objeto pretendido pela Unidade Requisitante é de **R\$ 116.012,40** (cento e dezesseis mil, doze reais e quarenta centavos), sendo, prazo de vigência da ATA de Registro de Preços de até 12 (doze) meses a partir da data da assinatura, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o período máximo previsto na referida lei.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação do objeto está prevista para atender a demanda da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social pelo período de até 12 meses, englobando os atendimentos dos CRAS e CREAS. A entrega será parcelada mediante a **solicitação do requisitante**, isto se dá por não ser recomendado estoque desse objeto nos departamentos, por perigo de combustão e incêndio.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Atualmente a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social possui uma ATA de Registro de Preços, 231/2025, com vencimento em 14 de agosto de 2026, porém a quantidade contratada não foi suficiente para suprir a demanda no período de 12 meses, pois houve um aumento significativo nas solicitações realizadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, e, conforme orientação do Departamento Jurídico não é possível o Aditamento da ATA, visto que, de acordo com o art. 124, I, b, da lei 14.133/2021, somente são autorizados acréscimos e supressões quantitativas, desde que observado o limite imposto pelo art. 125 (25%), mas essa autorização alcança apenas os contratos e não as atas de registro de preços, que correspondem a procedimentos preliminares às contratações;

10.2. Sendo assim, é necessário a abertura de um novo processo licitatório com a quantidade adequada para suprir a demanda durante 12 meses.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação se dará através da dotação de nº 02.06.01.08.244.0025.2003.3.3.90.32.00,

Referente a DISTRIBUIÇÃO GRATUITA,

Ficha nº 186,

Fonte de Recurso 01 Tesouro e 02 Estado, que possui saldo suficiente para aquisição dos itens aqui descritos (e que também estão alinhados ao planejamento previamente feito pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir o acolhimento e atendimento da população em situação de vulnerabilidade social através do fornecimento do benefício eventual de recarga de gás, em atendimento às necessidades das pessoas que se encontram inseridas neste contexto;

12.2. Pretende-se contratar o item descrito nesta solução com o melhor preço e qualidade que atenda a especificação, correspondendo as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social;

12.3. Esta contratação tem por finalidade o perfeito cumprimento de suas funções institucionais, e prover os meios que possibilitem a execução de suas metas, enquanto serviço público, buscando sempre a melhoria dos serviços prestados por este órgão, para o alcance e sucesso da atuação administrativa da Secretaria de Assistência social.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para esta contratação sugere-se que a fiscalização do Contrato seja realizada por servidor ou servidores dos programas assistenciais do Município, os quais possuem conhecimento técnico para acompanhamento dos serviços a serem prestados;

13.2. A gestão do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

13.3. Ao fiscal do contrato competirá o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato;

13.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

13.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

13.6. O contratado será obrigado a substituir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vencidos ou não estarem de acordo com o contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

13.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

13.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição de recarga de gás é necessária para o bom andamento das atividades domiciliares, por isso é de suma importância que os materiais utilizados tenham especificações ambientais sustentáveis em suas características, com o intuito de minimizar possíveis impactos ambientais gerados por produtos com especificações inadequadas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. Ressalta-se que os dados constantes neste ETP espelham a verdade, que a aquisição ora solicitada atende ao interesse público e satisfazem os requisitos de eficiência e efetividade dos gastos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREA DIAS LIZUN

Diretor de Departamento